



PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADINHO
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Rua Presidente Kennedy, 20, São Sebastião, Brumadinho / MG. CEP: 35.460-000
CNPJ: 18.363.929/0001-40 Tel./Fax: (31) 3571 3008

Anexo 6: Decreto que institui do Regimento Interno do CODEMA



PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADINHO

CEP: 35.460.000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

DECRETO N.º 72/2004

“Dispõe sobre Regimento Interno do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – CODEMA”.

O Prefeito Municipal de Brumadinho, no uso de atribuição que lhe confere o artigo 99, inciso VII, da Lei Orgânica do Município; e

Considerando o disposto no artigo 14 da Lei Municipal n. 1.371, de 30 de julho de 2003;

Considerando ofício nº0004/04 do CODEMA, informando que o Regimento Interno foi aprovado pelo plenário no dia 26 de abril de 2004;

DECRETA:

**CAPITULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º - Este Decreto estabelece as normas de organização e funcionamento do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – CODEMA.

Parágrafo único – Para efeito deste Decreto a sigla CODEMA e a palavra CONSELHO equivalem à denominação do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente.

**CAPITULO II
DA FINALIDADE E DA COMPETENCIA**

Art. 2º - O CODEMA é um órgão colegiado, consultivo de assessoramento ao Poder Executivo Municipal, deliberativo e normativo no âmbito de sua competência.

Parágrafo Único – O apoio técnico, administrativo e financeiro ao CODEMA será prestado pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente, que é o órgão executor de suas deliberações.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADINHO

CEP: 35.460.000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

Art. 3º - A competência bem como a composição do CODEMA estão explicitados nos artigos 2º, 3º, 4º e 5º da Lei 1371/03.

CAPITULO III DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO

Art. 4º - O CODEMA tem a seguinte estrutura básica:

- I – Presidência;
- II – Vice-Presidência;
- III – Plenário;
- IV – Secretaria Executiva;

Art. 5º - O CODEMA será presidido por um de seus membros, que será eleito pelo Plenário através de voto secreto, em sessão convocada para a finalidade pelo Secretário Municipal de Meio Ambiente e Agricultura, por maioria simples de votos de seus integrantes, para o período de 02 (dois) anos, permitida a recondução, sendo empossado imediatamente.

CAPITULO IV DO PRESIDENTE

Art. 6º - Ao Presidente, que será substituído em suas ausências ou impedimento pelo Vice-Presidente ou, na ausência deste, pela ordem, o membro Conselheiro com cargo de direção no CODEMA, e na impossibilidade, pelo membro efetivo mais idoso, compete:

- I – dirigir os trabalhos do CODEMA, representando-o oficialmente e presidir as sessões do Plenário;
- II – propor a criação ou a extinção de Câmaras Especializadas e designar seus membros;
- III – dirimir dúvidas relativas a interpretação de normas deste Regimento;
- IV – encaminhar a votação de matéria submetida a decisão do Plenário;
- V – assinar as atas aprovadas nas reuniões;
- VI – assinar as deliberações do Conselho e encaminha-las ao Prefeito, sugerindo os atos administrativos necessários;
- VII – designar relatores para temas examinados pelo CODEMA;
- VIII – dirigir as sessões ou suspende-las, conceder, negar ou cassar a palavra do convidado, assistente ou do membro do CODEMA;
- IX – elaborar o calendário anual de reuniões para aprovação do Plenário;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADINHO

CEP: 35.460.000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

- X – convidar pessoas ou entidades para participar das reuniões do Plenário, sem direito a voto;
- XI – delegar atribuições de sua competência;
- XII – convocar reuniões extraordinárias, com pelo menos dois dias de antecedência, informando aos membros a ordem do dia e fornecendo, com a mesma antecedência mínima, toda a documentação a ser apreciada na reunião extraordinária;
- XIII – cancelar reunião, avisando aos membros em tempo hábil, quando não houver assunto em pauta ou quando circunstâncias especiais assim o exigirem;
- XIV – exercer o voto exclusivamente de desempate;
- XV – assinar em conjunto com a Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Agricultura após aprovada pelo plenário, as Resoluções de que trata o art. 4º da Lei n. 1371 / 03.
- XVI – cassar, conceder licenças, exclusivamente sobre casos emergenciais, “ad referendum” do plenário que deverão ser referendadas na reunião posterior.

CAPITULO V DO PLENARIO

Art. 7º - O Plenário é órgão superior de deliberação do CODEMA, constituindo-se com o mínimo de metade mais um dos membros efetivos referidos na Lei 1371 /03.

Parágrafo único: ausente o membro efetivo, a presença de seu suplente tem o mesmo efeito para a finalidade de apuração de *quorum*.

Art. 8º - Ao Plenário, que decidirá por maioria simples, compete:

- I – propor alterações deste Regimento para homologação pelo Prefeito Municipal, através de competente Decreto;
- II – discutir e deliberar sobre todas as matérias que constituem a competência do CODEMA, inclusive as matérias de que trata o art. 4º da Lei 1371/03;
- III – referendar ou não ao ato de que trata o inciso XVI do art.6º deste Regimento;
- IV – Fazer cumprir a Legislação Ambiental Municipal;

CAPITULO VI DOS MEMBROS

Art. 9º - Compete aos membros efetivos do CODEMA ou aos suplentes, na ausência dos efetivos:



PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADINHO

CEP: 35.460.000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

- I – comparecer às reuniões;
- II – debater a matéria em discussão;
- III – requerer informações, providências e esclarecimentos ao Presidente;
- IV – apresentar relatórios e pareceres, que lhe forem solicitados pela Presidência ou pelo Plenário, dentro do prazo fixado;
- V – votar;
- VI – propor temas e assuntos ao Conselho, através de procedimento escrito protocolado junto à Secretaria Executiva;
- VII – integrar as Câmaras Especializada;
- VIII – requerer vistas de processos para estudos, sugerir a retirada de pauta e requerer que seja baixado em diligencia, com prazo a ser votado pelo conselho;

CAPITULO VII DA SECRETARIA EXECUTIVA

Art. 10 – A Secretaria Executiva é órgão auxiliar da Presidência e do Plenário, desempenhando atividades de gabinete, com o suporte técnico, administrativo e financeiro prestado pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Agricultura, Órgão executor das normas do CODEMA.

Art. 11 – A função de Secretário Executivo será exercida pelo 1º Secretário, ou pelo 2º Secretário, na sua ausência ou impedimento, com o apoio da Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Agricultura.

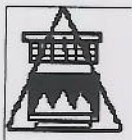
Parágrafo Único – As atividades da Secretaria Executiva serão executadas por servidor da Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Agricultura, especialmente designado para tal fim;

Art. 12 – Compete à Secretaria Executiva:

I – fornecer suporte e assessoramento burocrático e técnico ao CODEMA para o perfeito exercício de suas atividades;

II – organizar a pauta das reuniões, comunica-la aos membros, encaminhando-lhes, com antecedência de cinco dias, pelo menos, pessoalmente, por fax ou correio eletrônico, as cópias dos documentos a serem apreciados, assessorar as reuniões plenárias e elaborar as atas respectivas;

III – organizar os serviços de protocolo, distribuição e arquivo do CODEMA, utilizando as dependências e o protocolo da Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADINHO

CEP: 35.460.000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

IV – receber, autuar, rubricar e numerar as folhas de todos os expedientes protocolados, promovendo o andamento de cada processo, dando ciência ao Presidente, por escrito, de toda e qualquer anormalidade ou retardamento.

V – executar outras tarefas correlatas determinadas pelo Presidente ou previstas neste Regimento Interno.

Parágrafo Único – A Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Agricultura, destinará uma sala devidamente equipada para o funcionamento da Secretaria Executiva do CODEMA, bem como, designará funcionário para o apoio de que trata o parágrafo único do art. 11 deste Regimento.

CAPITULO VIII DAS REUNIOES

Art. 13 – O CODEMA se reunirá ordinária e extraordinariamente.

§ 1º – Haverá uma reunião ordinária mensal, com duração máxima de duas horas, preferencialmente na última segunda feira de cada mês, às 17 horas, no Auditório da Câmara Municipal, podendo o Plenário estabelecer dias, local e horários que mais lhe convenham.

§ 2º - O Plenário do CODEMA se reunirá extraordinariamente, sobre casos emergenciais, por iniciativa do Presidente, da maioria de seus membros ou por solicitação de qualquer Câmara Especializada.

§ 3º - As reuniões extraordinárias serão convocadas com antecedência mínima de dois dias, informando-se sempre a pauta específica, adiantados, por entrega pessoal, correio eletrônico ou fax, no mesmo prazo, os documentos que serão apreciados e vedada a inclusão na pauta de qualquer outro assunto que não os da convocação.

Art. 14 – Poderão participar das reuniões do Plenário, sem direito a voto, assessores indicados por seus membros, bem como pessoas convidadas pelo Presidente, que autorizará ou não as intervenções e as organizará a seu critério, limitando o tempo de depoimentos e debates.

Art. 15 – As reuniões do Plenário serão públicas, podendo o Presidente suspender-las e determinar a presença apenas dos membros do CONSELHO na hora da votação, em caso de perturbação dos trabalhos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADINHO

CEP: 35.460.000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

Art. 16 – As reuniões terão sua pauta preparada pelo Secretário Executivo, aprovada pelo Presidente.

Art. 17 – As reuniões serão dirigidas pelo Presidente, que determinará, necessariamente:

- I – verificação de quorum, com assinatura em folha de presença, leitura, discussão e votação da ata da reunião anterior;
- II – leitura do expediente e da ordem do dia;
- III – debates, decisão sobre matéria normativa e deliberações relativamente à ordem do dia;
- IV – palavra franca, se o tempo comportar;

Parágrafo Único – Não havendo quorum para dar início aos trabalhos, o Presidente aguardará por 30(trinta) minutos, após os quais, verificando a inexistência do número regimental de que trata o caput do art. 7º deste Regimento, deverá cancelar a reunião, transferindo-a para outra data.

Art. 18 – As deliberações do Plenário serão tomadas por maioria de votos dos membros efetivos presentes, ou do suplentes que os estejam substituindo no ato, cabendo ao Presidente apenas o voto de desempate.

Art. 19 – As atas serão lavradas em livro próprio e assinadas pelos membros que participaram da reunião que as originaram.

Art. 20 – As decisões do Plenário, depois de assinadas pelo Presidente, serão comunicadas a quem de direito e publicadas da mesma forma que os decretos da Prefeitura Municipal.

Art. 21 – O Servidor de apoio à Secretaria Executiva do CODEMA, designado pelo Prefeito participará das reuniões, sem direito a voto.

CAPITULO IX DOS PROCESSOS E SUA TRAMITAÇÃO

Art. 22 – A apreciação dos processos obedecerá as seguintes etapas:

- I – Serão apreciados os processos administrativos de licenciamento ou similares.
- II – Julgamento dos autos de infração.
- III – Julgamento dos Pedidos de Reconsideração e Recursos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADINHO

CEP: 35.460.000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

Parágrafo único – Em razão da preferência de análise e julgamento, pelo Plenário de processo, em relação ao qual haja interessado para defesa oral, inscrito na forma do art.25 deste Regimento, poderá haver inversão de pauta, respeitada a ordem de trabalho.

Art. 23 – A sessão de julgamento de processos administrativos originários de infração e relativos a análise de licenças e similares obedecerão aos seguintes procedimentos:

§ 1º - A apreciação dos processos começará pela leitura das conclusões e recomendações dos pareceres técnicos e jurídicos, bem como do voto do Relator do processo, quando houver, podendo, a critério da Mesa, serem lidas outras peças dos autos. Em seguida será colocado em discussão, sendo facultado a parte interessada ou seu Representante legal fazer sua defesa oral.

§ 2º - A defesa oral será permitida, desde que obedecidas as seguintes condições:

- a) a cada parte interessada será concedido um prazo de 5(cinco) minutos para apresentar suas alegações, sendo vedada a juntada de documentos.
- b) Poderá inscrever-se pela parte interessada mais de uma pessoa, respeitando-se, porem, o prazo total de 5(cinco) minutos.

§ 3º - Antes de passar a palavra para o representante da parte interessada, o Presidente deve adverti-lo do tempo disponível para a sua manifestação. Ultrapassado o prazo fixado neste Regimento, a palavra deverá ser cassada, ficando a critério da Presidência, conceder-lhe 1(um) minuto para encerrar as suas alegações, ou por decisão da maioria dos Conselheiros, conceder-lhe até mais 5(cinco) minutos prorrogáveis para concluir a sua explanação.

Art. 24 – Os Técnicos e Assessores Jurídicos da SEMMA se manifestarão quando convocados pelos membros do CODEMA, para prestarem esclarecimentos, devendo limitar-se ao assunto tratado durante o julgamento, pelo prazo de 3(três) minutos, prorrogável a critério dos conselheiros.

Art. 25 – Qualquer interessado deverá se inscrever em livro próprio até o início dos trabalhos relativos ao assunto específico, indicando o processo administrativo de seu interesse, sendo-lhe facultado expor suas alegações no prazo máximo, 5(cinco) minutos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADINHO

CEP: 35.460.000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

§ 1º - O prazo total das intervenções deverá ser de, no máximo, 30(trinta) minutos, só podendo ser prorrogado a critério do Plenário, por maioria simples dos seus membros.

§ 2º - Os casos omissos serão resolvidos pelo Plenário.

Art. 26 – após ouvidas as partes e encerradas todas as discussões sobre a matéria em análise, o Presidente dará início ao processo de votação, sendo vedada qualquer manifestação sobre o assunto.

Parágrafo único – O processo administrativo decorrente de Auto de Infração, no qual o autuado, embora tomando conhecimento do mesmo não tenha apresentado defesa, será julgado de plano, sem necessidade de parecer técnico ou jurídico e, posteriormente, deverá ser notificado da decisão.

Art. 27 – A pauta de Julgamento, contendo o nome e o número do respectivo processo administrativo, deverá ser publicado, até 5(cinco) dias antes da data designada.

Parágrafo Único – Todas as decisões do CODEMA deverão ser publicadas.

Art. 28 – A parte interessada, por si ou por seu procurador, antes da sessão de julgamento que apreciará seu processo administrativo, terá acesso aos autos, a fim de permitir-lhe tomar conhecimento de seu conteúdo.

Art. 29 – Aos Conselheiros do CODEMA será garantido o livre acesso aos processos em tramite na SEMA e na Secretaria Executiva do CODEMA, em qualquer fase em que se encontrarem.

CAPITULO X DOS RECURSOS E PEDIDOS DE RECONSIDERAÇÃO

Art. 30 – O Plenário do CODEMA mediante fato novo, poderá reexaminar Pedido de Licenciamento e o processo administrativo decorrente de Auto de Infração, em sede de Pedido de Reconsideração, desde que efetivados no prazo de 08(oito) dias, a partir da publicação da decisão do Plenário ou da Câmara especializada.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUMADINHO

CEP: 35.460.000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

Parágrafo Único – O recursos será interposto mediante requerimento subscrito pela parte interessada.

**CAPITULO XI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 32 – O Regimento Interno do CODEMA poderá ser alterado mediante proposta dos membros de seu plenário, e por este aprovada pela maioria dos seus membros e devidamente homologada por Decreto do Prefeito.

Art. 33 – Os casos omissos serão resolvidos pelo Presidente do CODEMA, *ad referendum* do Plenário.

Art. 34 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 35 – Revogam-se as disposições em contrário.

Brumadinho, 11 de maio de 2004.

Antonio do Carmo Neto
Prefeito Municipal